



FAZENDO JUSTIÇA



sobre **Conferência  
Internacional  
Monitoração  
Eletrônica**

Tecnologia, Ética e  
Garantia de Direitos

21 a 23 de junho de 2023  
Brasília, Brasil

**Programação**

Use the QR code  
and access the **event  
schedule in English**



Utilice el código QR  
y acceda a la  
**programación  
en español**



# Programação

**21/06**

**1º DIA** 

19h às 19h30

## **Painel de abertura institucional**

- ▶ **Rosa Weber** – Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (*Brasil*)
- ▶ **Katyna Argueta** – Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (*Brasil*)
- ▶ **Rafael Velasco** – Secretário Nacional de Políticas Penais (*Brasil*)

19h30 às 20h30

Conferência Magna

## **Os desafios da monitoração eletrônica, inteligência artificial e *probation***

- ▶ **Mauro Martins** – Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça e supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF/CNJ (*Brasil*)
- ▶ **James Gacek** – Professor da Universidade de Regina (*Canadá*)

**22/06**

**2º DIA** 

**09h às 10h30**

## **O papel das novas tecnologias no apoio à monitoração eletrônica**

- ▶ Alexandre Morais da Rosa – Juiz do TJ de Santa Catarina (*Brasil*)
  - ▶ Ioan Durnescu – Professor da Universidade de Bucharest (*Romênia*)
  - ▶ Hannah Graham – Professora Sênior em Criminologia da Universidade de Stirling (*Reino Unido*)
- 

**10h30 às 12h00**

## **Seletividade penal e racial na monitoração eletrônica**

- ▶ Fabio Esteves – Juiz de Direito do TJ do DF e dos Territórios (*Brasil*)
  - ▶ James Kilgore – Diretor de Pesquisa do Projeto Desafiador de E-Carceration, Media Justice (*EUA*)
  - ▶ Emmet Sanders – Pesquisador/Advogado, Media Justice (*EUA*)
  - ▶ Alessandra Coelho – Diretora na Superintendência de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis da SEADES-BA (*Brasil*)
- 

**14h às 15h00**

## **Prisão domiciliar com monitoração eletrônica: disfunções práticas**

- ▶ Fernanda Orsomarzo – Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (*Brasil*)
- ▶ Roy Murillo Rodríguez – Juiz de Execução Penal (*Costa Rica*)

15h às 16h30

## O lugar da proteção social na monitoração eletrônica

- ▶ **Geraldo Fidelis** – Juiz do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (*Brasil*)
  - ▶ **Manuela da Silva Amorim** – Coordenadora Nacional de Monitoração Eletrônica da Secretaria Nacional de Políticas Penais (*Brasil*)
  - ▶ **Liam Martin** – Professor de Criminologia (*Nova Zelândia*)
  - ▶ **Sandro Augusto Lohmann** – Presidente Associação Mais Liberdade / Coordenador da RAESP-MT e pesquisador de gênero nas prisões (*Brasil*)
- 

16h30 às 17h00

## Coffee break

---

17h às 16h30

## A monitoração eletrônica no Brasil à luz das experiências internacionais

- ▶ **Cristina Zackseski** – Professora da Universidade de Brasília – UNB (*Brasil*)
- ▶ **Andréa Maria Silveira** – Professora associada do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da UFMG e pesquisadora do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública, CRISP/UFMG (*Brasil*)
- ▶ **Maiquel Wermuth** – Coordenador do Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ (*Brasil*)
- ▶ **Izabella Pimenta** – Especialista em Monitoração Eletrônica do Programa Fazendo Justiça (*Brasil*)

23/06

3º DIA



9h às 10h30

## A monitoração eletrônica como enfrentamento à violência doméstica: extensão do controle penal ou segurança social?

- ▶ Teresa Germana – Juíza do estado do Ceará (*Brasil*)
- ▶ Pedro Ferreira Marum - Membro do Conselho Superior da Justiça Belga (*Bélgica e Portugal*)

10h30 às 12h00

Conferência de Encerramento

## Ética e perspectivas futuras da monitoração eletrônica

- ▶ Anthea Hucklesby – Professora de Justiça Criminal e Diretora da Escola de Política Social da Universidade de Birmingham (*Reino Unido*)
- ▶ Mayesse Silva Parizi – Diretora de Cidadania e Alternativas Penais da Secretaria Nacional de Políticas Penais (*Brasil*)





# Painelistas

## Painel de abertura institucional



### Rosa Weber

*Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (Brasil)*

Na magistratura desde 1976, atuou como desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, órgão que presidiu de 2001 a 2003. Em 2006, tomou posse como ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Foi a primeira magistrada de carreira e a terceira mulher a ingressar no Supremo Tribunal Federal em 2011.

Entre 2018 e 2020, presidiu o Tribunal Superior Eleitoral, período em que dirigiu o processo das Eleições Gerais de 2018 e criou a Comissão Gestora de Política de Gênero, chamada TSE Mulheres. Desde setembro de 2022, preside o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça, tendo a defesa da democracia constitucional como o principal norte de sua gestão.



### Katyna Argueta

*Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Brasil)*

Diplomata com mais de 30 anos de experiência na área internacional, ingressou no PNUD em Honduras como Assessora da Representação e trabalhou como Diretora Adjunta de País no Panamá, Diretora Adjunta de País no Haiti, Diretora de País no México. Desde 2019, é Representante Residente no Brasil. Trabalhou

no Ministério das Relações Exteriores de Honduras, na Embaixada de Honduras em Londres (Reino Unido) e na Missão de Honduras junto à Organização dos Estados Americanos em Washington (EUA). Além disso, atuou por 8 anos no setor privado na indústria de seguros e financeira. Sua formação inclui estudos em Gestão e Administração na I.N.C.A.E. e graduação pela Academia Diplomática Andres Bello no Chile.



### Rafael Velasco

*Secretário Nacional de Políticas Penais (Brasil)*

Especialista em Direito Penal e em Gestão Pública Prisional, é policial penal de carreira. Já atuou como subsecretário de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão, secretário adjunto de Atendimento e Humanização Penitenciária, secretário adjunto de Logística e Inovação Penitenciária e assessor de Modernização Institucional na Secretaria de Estado de Administração

Penitenciária do Maranhão. Também foi assessor de Treinamento Prisional e assessor chefe da Superintendência de Segurança Prisional na Subsecretaria de Administração Prisional de Minas Gerais. Está à frente da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) do Ministério da Justiça e Segurança Pública desde fevereiro de 2023.



# Conferência Magna

## Os desafios da monitoração eletrônica, inteligência artificial e *probation*



### Mauro Martins

*Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça e supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF/CNJ (Brasil)*

Desembargador do TJRJ desde 17 dezembro de 2012, atualmente efetivo na 19ª Câmara Cível. Integrante do Conselho da Magistratura no biênio 2021/2022. Integrante como suplente do Órgão Especial do Tribunal de Justiça no biênio 2017/2018. Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá (2005). Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (1990). Professor Adjunto da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, desde 2005.



### James Gacek

*Professor da Universidade de Regina (Canadá)*

Publicações nas áreas correcional e justiça comunitária, criminologia verde, sociopolítica da lógica judiciária, conhecimento e justiça. É autor de “Portable Prisons: Electronic Monitoring and the Creation of Carceral Territory” (McGill-Queen's University Press, 2022) e, com Richard Jochelson, recentemente coeditou “Green Criminology and the Law” (Palgrave Macmillan, 2022). Os interesses de pesquisa atuais incluem violência de gênero contra a comunidade 2SLGBTQ+ dentro e fora das prisões, a ampliação de espaços religiosos no ambiente carcerário por meio de experiências de prisioneiros muçulmanos, saúde mental e bem-estar do agente penitenciário.

## O papel das novas tecnologias no apoio à monitoração eletrônica



### Alexandre Morais da Rosa

*Juiz do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Brasil)*

Pós-doutorado em Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Direito (UFPR), com estágio de pós-doutoramento em Direito (Faculdade de Direito de Coimbra e UNISINOS). Mestre em Direito (UFSC). Professor Associado de Processo Penal da UFSC. Professor do Programa de Graduação, Mestrado e Doutorado da UNIVALI. Juiz de Direito do TJSC. Membro Honorário da Associação Ibero Americana de Direito e Inteligência Artificial/AID-IA. Pesquisa Novas Tecnologias, Big Data, Jurimetria, Decisão, Automação e Inteligência Artificial aplicadas ao Direito Judiciário, com perspectiva transdisciplinar. Coordena o Grupo de Pesquisa SpinLawLab (CNPq UNIVALI).



### **Ioan Durnescu**

*Professor da Universidade de Bucharest (Romênia)*

Pesquisador da área de liberdade condicional, prisão e campos de desradicalização, com foco na área de liberdade condicional comparada, uso da tecnologia na justiça criminal, reentrada no sistema penal e intervenções com clientes da Justiça. Um dos editores de “Probation in Europe” (WOLF), “Understanding penal practice” (Routledge) e autor de “Core Correctional

Skills”, também está traduzido para o português. Também é um dos coeditores do “European Journal of Probation”.



### **Hannah Graham**

*Professora Sênior em Criminologia da Universidade de Stirling (Reino Unido)*

Tem uma nomeação pública como membro do Conselho de Sentença Escocês, um órgão consultivo independente. Como criminóloga na Europa e na Austrália, tem se concentrado em tecnologias de monitoração eletrônica, liberdade condicional e justiça comunitária, reabilitação e desistência do crime, pesquisa comparativa, política de justiça e penologia. Participou como autora ou editora

de livros como ‘Innovative Justice’ (Graham and White, 2015) e ‘The Routledge Companion to Rehabilitative Work in Criminal Justice’ (Ugwudike, Graham, McNeill, Raynor, Taxman and Trotter, 2019). Fez parte de um projeto europeu de pesquisa comparativa sobre usos da monitoração eletrônica como alternativa à prisão na Inglaterra e País de Gales, Escócia, Bélgica, Alemanha e Holanda (Hucklesby, Beyens, Boone, Dunkel, McIvor e Graham, 2016).

## **Seletividade penal e racial na monitoração eletrônica**



### **Fabio Esteves**

*Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Brasil)*

Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UNB) e doutorando em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), atualmente exercendo o cargo de juiz instrutor do Gabinete do Ministro Edson Fachin, no Supremo Tribunal Federal (STF). É professor de Direito Constitucional e de Direito Administrativo da Escola

da Magistratura do Distrito Federal, ex-vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), co-fundador do Encontro Nacional de Juízes e Juízas Negros (ENAJUN) e do Fórum Nacional de Juízas e Juizes contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação (FONAJURD). Presidente da Comissão Multidisciplinar de Inclusão do TJDFT, membro da Comissão de Juristas da Câmara dos Deputados para revisão da legislação antirracista, membro da Comissão para Promoção da Igualdade Racial no Processo Eleitoral, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, foi Presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (AMAGIS-DF) nos biênios de 2016/2018 e 2018/2020.



### **James Kilgore**

*Diretor de Pesquisa do Projeto Desafiador de E-Carceration, Media Justice (EUA)*

Ativista, pesquisador e autor, vivendo em Urbana, Illinois, EUA. É autor de seis livros, quatro dos quais redigiu durante seus seis anos de prisão nos Estados Unidos. Ele começou a pesquisar monitoração eletrônica em 2009, quando foi monitorado eletronicamente por um ano. Em 2017, ele ganhou um “Soros Justice Fellowship” para desenvolver um projeto chamado “Challenging E-Carceration” na organização sem fins lucrativos MediaJustice. Este projeto desenvolveu uma narrativa crítica rotulando o monitoramento eletrônico como uma forma alternativa de encarceramento racialmente tendenciosa, não uma alternativa ao encarceramento. Kilgore escreveu amplamente sobre monitoração eletrônica, justiça criminal e economia política do sul da África e forneceu apoio a organizações e indivíduos que lutam para reduzir os danos causados pela monitoração eletrônica.



### **Emmet Sanders**

*Pesquisador/Advogado, Media Justice (EUA)*

Pesquisador crítico, advogado, autor e co-autor de várias publicações, incluindo “Cages Without Bars: Pretrial Electronic Monitoring Across the United States”. Pesquisador de projetos nas campanhas “Challenging E-Carceration” e “Unshackling Freedom” da MediaJustice desde 2017. Seu trabalho, centrado nas experiências vividas pelos sujeitos, explora o uso cada vez maior da monitoração eletrônica na imigração e nos sistemas jurídicos criminais nos EUA, e os efeitos de longo alcance, desproporcionais e muitas vezes devastadores desses sistemas em indivíduos e comunidades. Além de seu trabalho em monitoração eletrônica, Sanders é um defensor dos direitos de voto cujo relatório “Full Human Beings” descreve a história racializada de criminalização direcionada e cassação baseada em crimes como uma ferramenta da supremacia branca, defendendo o fim da cassação de eleitores encarcerados nos EUA. Possui mestrado em Relações Públicas pela University of Texas Rio Grande Valley e reside em Edinburg, Texas (EUA).



### **Alessandra Coelho**

*Diretora na Superintendência de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis da SEADES-BA (Brasil)*

Mestranda em Política Social e territórios, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Especialista em Direitos Humanos e Contemporaneidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Advogada e Educadora Jurídica, atualmente Diretora na Superintendência de Políticas Sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis-SUPRAD, da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia. Nesta diretoria, atua como gestora do Programa Corra Pro Abraço.



# Prisão domiciliar com monitoração eletrônica: disfunções práticas



## Fernanda Orsomarzo

*Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Brasil)*

Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela PUC-PR, tendo apresentado como requisito à obtenção do título a dissertação "Colonialidade, neoliberalismo e estado de exceção: a reprodução da desigualdade no sistema penal brasileiro". Especialista em Filosofia e Direitos Humanos pela PUC-PR.

Especialista em Jurisdição Penal Contemporânea e Sistema Prisional pela

ENFAM. Colaboradora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Estado do Paraná (GMF/PR). Membro do Comitê Gestor do Sistema Eletrônico de Execução Unificado do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Membro Suplente do Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos do TJPR. Coautora de obras jurídicas e colunista em periódicos.



## Roy Murillo Rodríguez

*Juiz de Execução Penal (Costa Rica)*

Mestre e Doutor em Direitos Fundamentais, Universidade Carlos III de Madri, Espanha. Professor Mestre em Ciências Criminais da Universidade da Costa Rica. Consultor internacional: Nicarágua, Peru e El Salvador. Desde 1998, juiz de execução penal na Costa Rica.

## O lugar da proteção social na monitoração eletrônica



## Geraldo Fidelis

*Juiz do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (Brasil)*

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (1991), especialista em Jurisdição Penal Contemporânea e Sistema Prisional, pela ENFAM (2022) e mestrando em Direito pela UFMT. É Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, desde 2003 e, a partir de 2013, jurisdição na área de Execução Penal em Cuiabá.



## Manuela da Silva Amorim

*Coordenadora Nacional de Monitoração Eletrônica da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Brasil)*

Graduada em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Bahia (2007) e em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (2013). Mestrado em Psicologia na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/2020) Linha de pesquisa: Estudos da Teoria Crítica da Sociedade. É Servidora Pública Federal, ocupa o

cargo de psicóloga -Especialista Federal em Assistência à Execução Penal - vinculada a Senappen/Ministério da Justiça e Segurança Pública, atuando desde 2014. Nessa organização, ocupa atualmente o cargo de Coordenadora Nacional da Monitoração Eletrônica.



### **Liam Martin**

*Professor de Criminologia (Nova Zelândia)*

A pesquisa de Liam se concentra em questões de encarceramento e alternativas à prisão. Seu trabalho de campo etnográfico de longo prazo em uma casa de recuperação na Grande Boston foi publicado como o livro "Halfway House: Prisoner Reentry and the Shadow of Prison Care" (New York University Press). O trabalho descreve um retrato básico da vida, considerando o encarceramento em massa americano e questiona as tensões das estratégias de reforma da justiça que dependem da mudança da punição criminal da prisão para ambientes comunitários. Atualmente, Liam está desenvolvendo pesquisas sobre o aumento da monitoração eletrônica na Nova Zelândia.



### **Sandro Augusto Lohmann**

*Presidente Associação Mais Liberdade / Coordenador da RAESP-MT e pesquisador de gênero nas prisões (Brasil)*

Egresso do sistema penitenciário, acadêmico de serviço social e direito, fundador da Associação Mais Liberdade, organização liderada por egressos LGBTQIA+ do estado de Mato Grosso, atualmente estou como Coordenador da RAESP-MT e conselheiro do Conselho da Comunidade da Execução Penal de Cuiabá e Várzea Grande. Desde 2019 venho desenvolvendo projetos, ações e pesquisas junto a população LGBTQIA+ privada de liberdade e egressa do sistema penitenciário de Mato Grosso.

## **A monitoração eletrônica no Brasil à luz das experiências internacionais**



### **Cristina Zackseski**

*Professora da Universidade de Brasília – UNB (Brasil)*

Doutora em Estudos Comparados sobre as Américas pela UNB, Professora associada da Faculdade de Direito da UNB, Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (Nevis/CEAM/Unb).



### **Andréa Maria Silveira**

*Professora associada do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da UFMG e pesquisadora do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública, CRISP/UFMG (Brasil)*

Possui graduação em Medicina, mestrado em Sociologia e doutorado em Sociologia e Política, todos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é professora associada da Faculdade de Medicina pesquisadora do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG), docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Mestrado Profissional em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência na UFMG. Concentra suas pesquisas nos temas de Monitoração Eletrônica, sistema prisional e violência no trabalho.

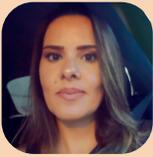


### **Maiquel Wermuth**

*Coordenador do Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ (Brasil)*

Doutor e mestre em Direito Público pela UNISINOS. Pós-doutorando em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Coordenador do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) em Direito da UNIJUÍ. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). Coordenador do Projeto PROCAD/CAPES “Rede de cooperação acadêmica e pesquisa: eficiência, efetividade e economicidade nas políticas de segurança pública com utilização de serviços de monitoração eletrônica e integração de bancos de dados”.



### **Izabella Pimenta**

*Especialista em Monitoração Eletrônica do Programa Fazendo Justiça (Brasil)*

Doutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Elaborou o Modelo de Gestão para Monitoração Eletrônica de Pessoas pelo DEPEN e PNUD, republicado pelo CNJ em 2020. Pesquisadora visitante do Departamento de Criminologia da University

of Ottawa (Canada) e do Correctional Service of Canada. Fellowship em Governança e Desenvolvimento na Brown University, EUA. Trabalhou no Ministério de Segurança Pública do Canadá. Atualmente trabalha no eixo de proporcionalidade penal do Programa Fazendo Justiça uma parceria entre CNJ e PNUD, com apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na figura da Senappen.

## **A monitoração eletrônica como enfrentamento à violência doméstica: extensão do controle penal ou segurança social?**



### **Teresa Germana**

*Juíza do estado do Ceará (Brasil)*

Pós-graduada em Direito Civil francês pela Université Panthéon-Assas Paris 2, na França (2015-2016). Juíza de Direito titular do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Fortaleza. Formadora pela ENFAM com atuação na Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará/ESMEC. Membro da Comissão Executiva do COCEVID e da Diretoria do Fonavid (Região Nordeste).



### **Pedro Ferreira Marum**

*Membro do Conselho Superior da Justiça Belga (Bélgica e Portugal)*

Licenciado em criminologia e certificado em programação e em inteligência artificial. Carreira de serviço público de perto de 30 anos na execução de penas e medidas alternativas à prisão nos serviços de justiça belgas. Participou na redação das regras de Ética em VE para o Conselho da Europa. Membro do Conselho Superior da Justiça e da Comissão de nomeação e Designação de Magistrados. Ex-diretor do Centro Nacional da Vigilância Eletrotônica Belga. Perito europeu com experiência de twinning-projects. Até 2022, presidente do grupo de peritos de preparação das conferências sobre vigilância eletrônica da Confederation of the European Probation.



## **Conferência de Encerramento Ética e perspectivas futuras da monitoração eletrônica**



### **Anthea Hucklesby**

*Professora de Justiça Criminal e Diretora da Escola de Política Social da Universidade de Birmingham (Reino Unido)*

Professora de Justiça Criminal na Universidade de Birmingham, Reino Unido. Especialista em monitoração eletrônica, tendo concluído vários projetos de pesquisa empírica e publicações. Sua contribuição mais recente “Tracking people: wearable technologies in social and public policy”, uma coleção interdisciplinar, decorrente de uma rede financiada pelo Arts and Humanities Research Council (<https://trackingpeople.leeds.ac.uk/>) será publicada pela Routledge em agosto (<https://www.routledge.com/Tracking-People-Wearable-Technologies-in-Social-and-Public-Policy/Hucklesby-Holt/p/book/9780367443580>). Consultora Acadêmica Especialista em monitoração eletrônica no Ministério da Justiça do Reino Unido e Membro da Academia de Ciências Sociais.



### **Mayesse Silva Parizi**

*Diretora de Cidadania e Alternativas Penais da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Brasil)*

Graduada em Psicologia, entre outras experiências profissionais destaca-se a Coordenação do Programa Fazendo Justiça nos Estados da Bahia entre 2019 - 2022 e em Santa Catarina em 2021. O Programa Fazendo Justiça é uma parceria entre o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e a Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen. Atualmente exerce o cargo de Diretora de Cidadania de Alternativas Penais da Secretaria Nacional de Políticas Penais –Senappen.



# Publicações



**Modelo de Gestão para Monitoração Eletrônica de Pessoas.** DEPEN, PNUD, CNJ: 2020.

**Monitoração Eletrônica de Pessoas:**  
evidências e leituras sobre a política  
no Brasil. DEPEN, PNUD, CNJ: 2020.



**Monitoração Eletrônica de Pessoas:**  
informativo para os Órgãos de  
Segurança Pública. DEPEN, PNUD,  
CNJ: 2020.

**Monitoração Eletrônica de Pessoas:**  
informativo para a Rede de Políticas  
de Proteção Social. DEPEN, PNUD,  
CNJ: 2020.



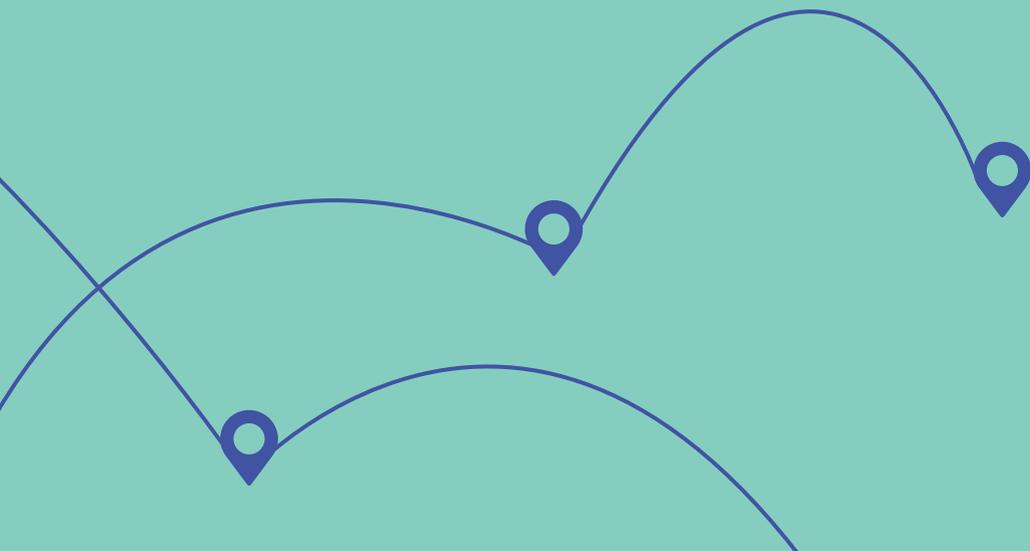


**Monitoração Eletrônica de Pessoas:**  
informativo para o Sistema de Justiça.  
DEPEND, PNUD, CNJ: 2020.

**Sumário Executivo:** Monitoração  
Eletrônica Criminal: evidências e leituras  
sobre a política no Brasil. DEPEND, PNUD,  
CNJ: 2020.



**Resolução 412/2021** do Conselho  
Nacional de Justiça - Estabelece diretrizes  
e procedimentos para a aplicação e  
o acompanhamento da medida de  
monitoramento eletrônico de pessoas



## English versions

---

**Management Model: for Electronic Monitoring of People.** DEPEN, PNUD, CNJ: 2020.



**Electronic Monitoring of People:**  
informative for Public Security Agencies.  
DEPEN, PNUD, CNJ: 2020.

---

**Electronic Monitoring of People:**  
informative brochure for the Social  
Protection Policy Network. DEPEN,  
PNUD, CNJ: 2020.



**Electronic Monitoring of People:**  
informative brochure for the Justice  
System. DEPEN, PNUD, CNJ: 2020.

---

**Resolution 412/2021** from National Council  
of Justice - It establishes guidelines  
and procedures for the application and  
supervision of the measures concerning  
the electronic monitoring of people



## Versiones en español

---

**Modelo de Gestión para el Monitoreo Electrónico de Personas.** DEPEN, PNUD, CNJ: 2020.



**Monitoreo Electrónico de Personas:** informe para los Órganos de Seguridad Pública. DEPEN, PNUD, CNJ: 2020.

**Monitoreo Electrónico de Personas:** informe para la Red de Políticas de Protección Social. DEPEN, PNUD, CNJ: 2020.

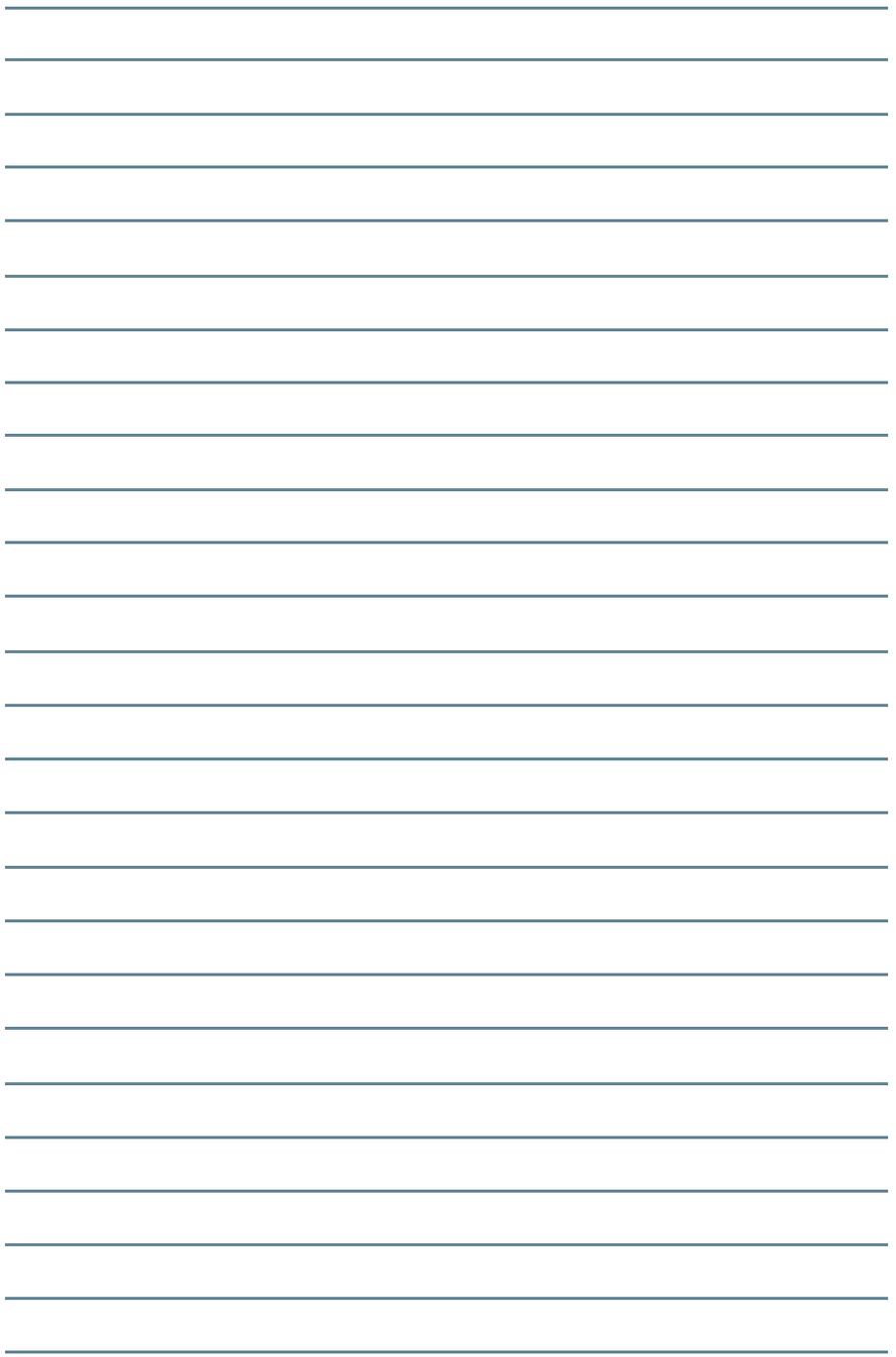


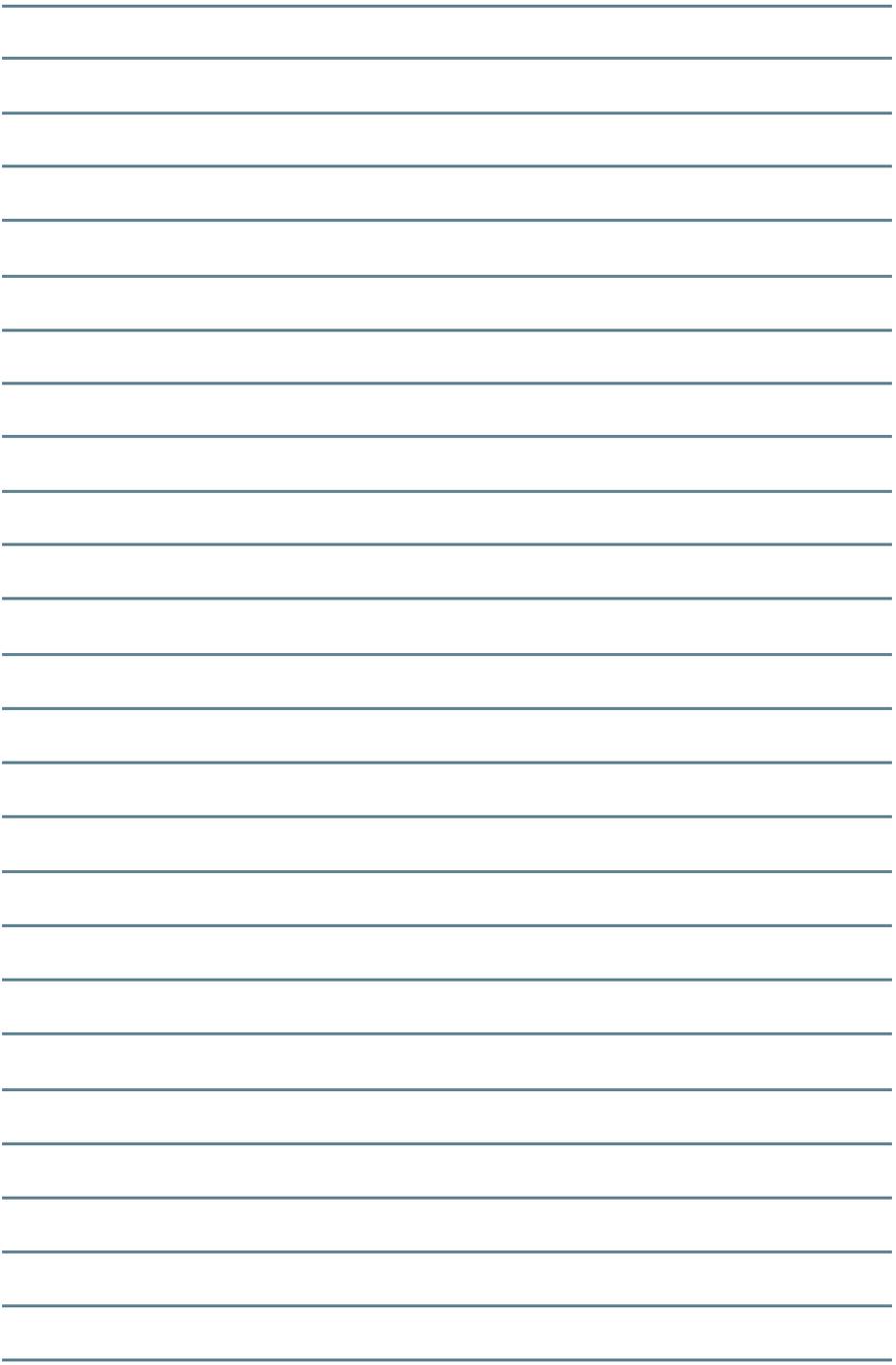
**Monitoreo Electrónico de Personas:** informe para el Sistema de Justicia. DEPEN, PNUD, CNJ: 2020.

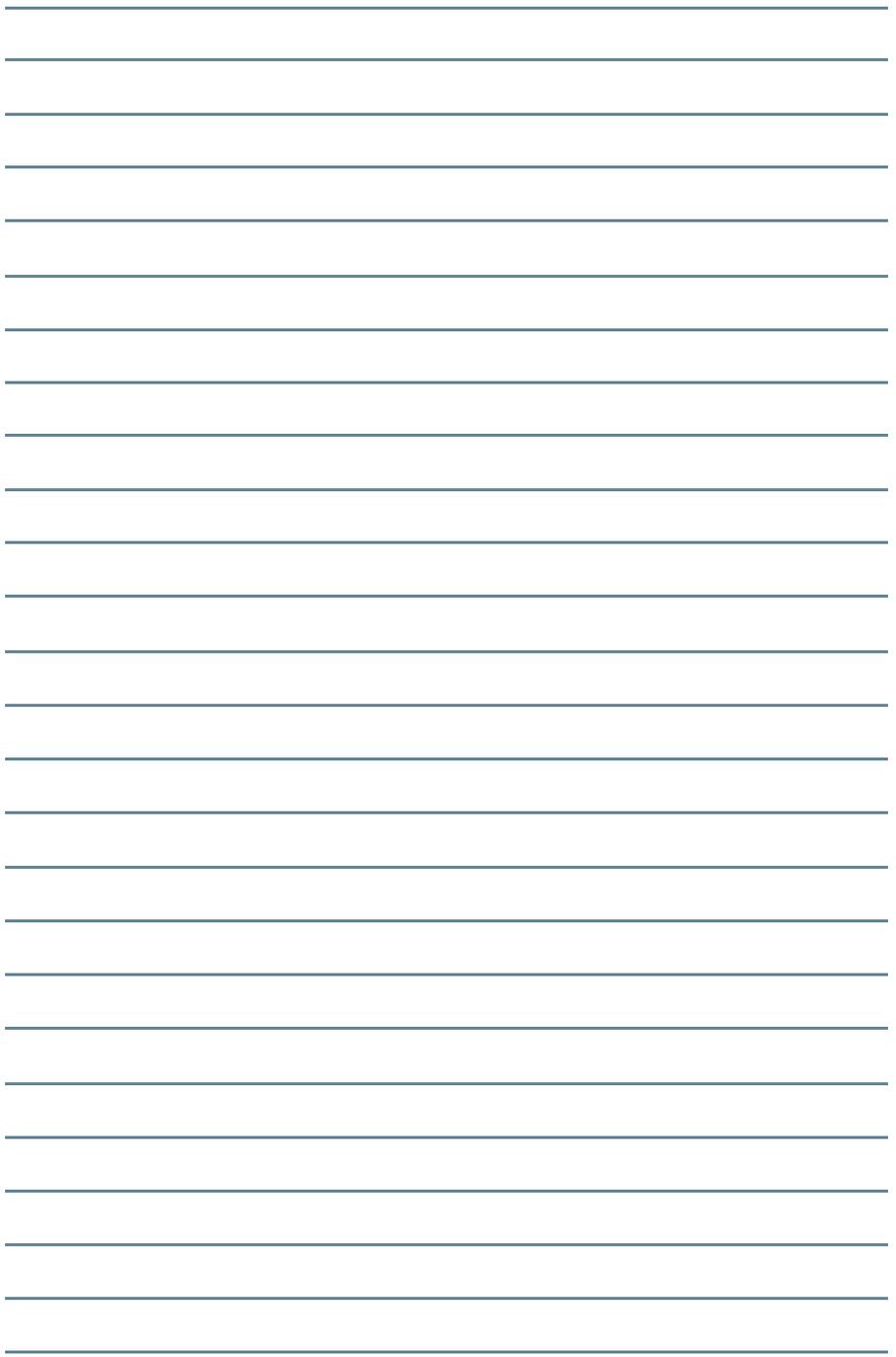
**Resolución 412/2021** del Consejo Nacional de Justicia - Establece directrices y procedimientos para la aplicación y el seguimiento de la medida de monitoreo electrónico de personas

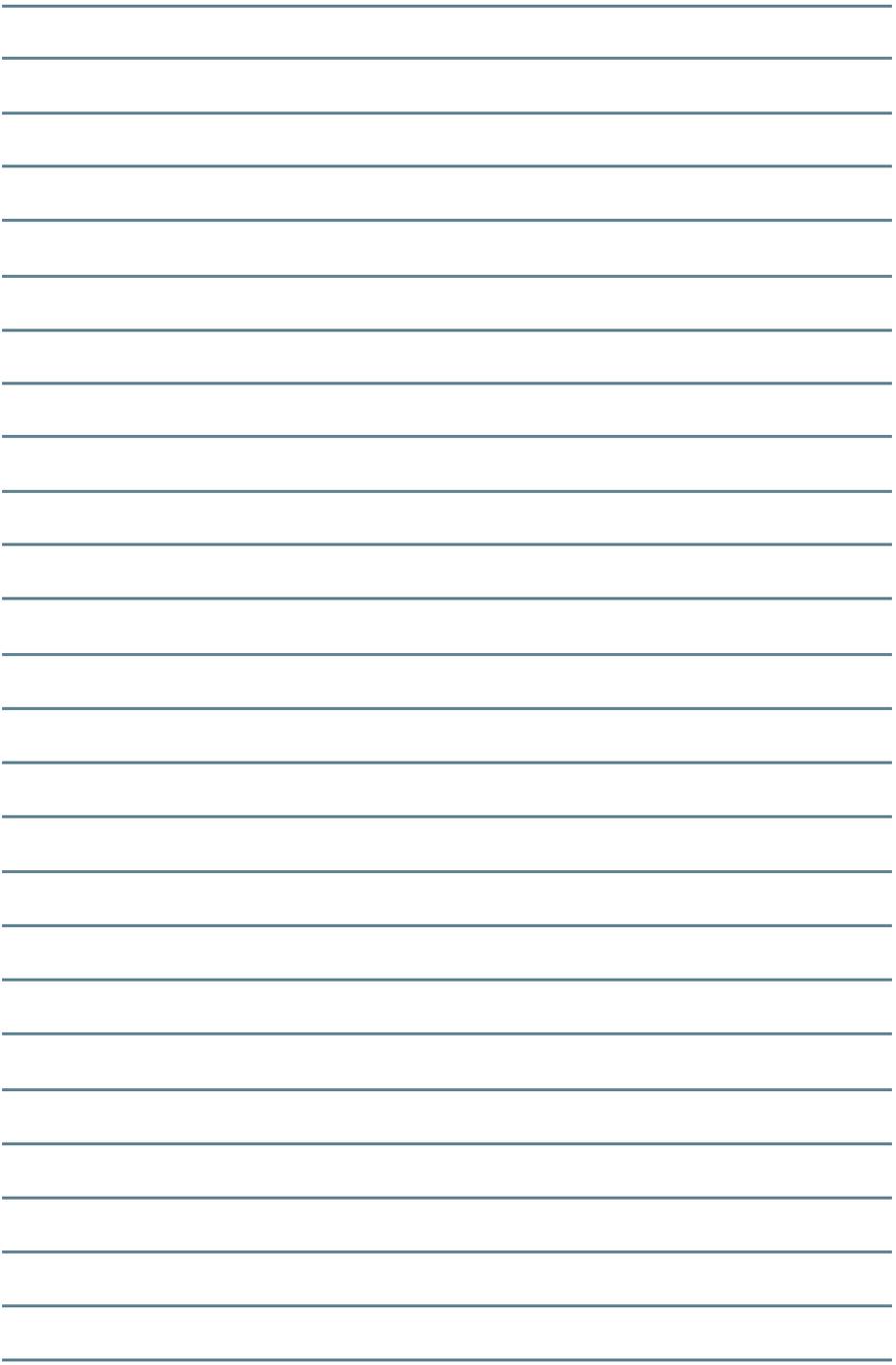












Conferência Internacional  
sobre **Monitoração Eletrônica**  
Tecnologia, Ética e Garantia de Direitos

21 a 23 de junho de 2023  
Brasília, Brasil

